

# Termo de Referência 55/2024

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
55/2024	420001-SPOA/SE/MINC	CARLOS LUIZ BARROSO JUNIOR	16/08/2024 16:27 (v 12.0)
Status			
ASSINADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	36/2024	01400.009451 /2024-48

## 1. Condições gerais da contratação

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**

**SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA**

MINISTÉRIO DA CULTURA

(Processo Administrativo nº01400.009451/2024-48)

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.

1.1. Contratação de Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC (fixo-fixo e fixo-móvel), na modalidade local, longa distância nacional e longa distância internacional por 3 (três) assinaturas mensais de entroncamento digital SIP com 90 canais (30 canais cada assinatura) e ligações ilimitadas para local e longa distância e chamadas LDI limitadas, para o Ministério da Cultura pelo período de 12 (doze) meses, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade		Valor Unitário	Valor mensal	Valor anual
				Mensal	Anual			
1	Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC (fixo-fixo e fixo-móvel), na modalidade local e longa distância nacional por 3 (três) assinaturas mensais de entroncamento digital SIP com 90 canais (30 canais cada) e ligações ilimitadas modalidade local e longa distância nacional, fixo-fixo e fixo-móvel para o Ministério da Cultura pelo período de 12 (doze) meses.	27731 - Assinatura de entroncamento digital bidirecional e1	Assinatura/Mês	3	36	R\$ 994,15	R\$ 2.982,46	R\$ 35.789,52
2	Taxa de instalação/ativação do entroncamento digital SIP	26085 - Taxa de instalação/habilitação de serviço de telefonia stfc	UN/taxa única	1	1	R\$ 255,26	R\$ 255,26	R\$ 255,26
3	Chamadas Internacionais (LDI-STFC-FF) - Origem Fixo.	26158 - Chamadas Internacionais (LDI-STFC-FF) - Origem Fixo	Minutos/ano	50	600	R\$ 1,74	R\$ 87,00	R\$ 1.044,00
4	Chamadas internacionais (ldi-stfc-ffm) - origem fixo	27839 - Chamadas internacionais (ldi-stfc-ffm) - origem fixo	Minutos/ano	42	504	R\$ 1,22	R\$ 51,24	R\$ 614,88
<b>TOTAL</b>						<b>R\$ 1.252,37</b>	<b>R\$ 3.375,96</b>	<b>R\$ 37.703,66</b>

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua interrupção compromete o desempenho das atividades institucionais, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a redução dos custos indiretos que envolvem as prorrogações anuais, bem como permite melhor controle e monitoramento dos serviços viabilizados com a contratação de médio e longo prazo.

1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. Fundamentação e descrição da necessidade

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

- I. 1. ID PCA no PNCP: 01264142000129-0-000001/2024
- II. 2. Data de publicação no PNCP: 20/05/2023
- III. 3. Id do item no PCA: 98
- IV. 4. Classe/Grupo: 141 - SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA (STFC), TELECOMUNICAÇÕES MÓVEIS (SMP) E TELECOMUNICAÇÕES SATELITAIS
- V. 5. Identificador da Futura Contratação: 420001-36/2024

### **3. Descrição da solução como um todo**

#### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência e demais informadas abaixo:

3.1.1 O Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC deve compreender a realização ilimitada de chamadas de telefones fixos para telefones fixos e chamadas de telefones fixos para telefones móveis nas modalidades longa distância nacional (LDN) e local, bem como ligações de longa distância internacionais (LDI) limitadas ao quantitativo licitado.

3.1.2 Os entroncamentos digitais serão fornecidos no padrão SIP, com toda a infraestrutura de conexão até o Session Border Controller do CONTRATANTE e instalação física completa até a central PABX marca AVAYA ( informações detalhadas no Anexo I).

3.1.3 Será fornecido pela CONTRATADA 3 (três) entroncamentos SIP, com 30 (trinta) canais cada. Cada entroncamento de 30 (trinta) canais corresponde a 1 (uma) assinatura, objeto dessa contratação.

3.1.4. Prestar o serviço objeto desta contratação 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência contratual, salvaguardados os casos de interrupções programadas.

3.1.5. Os serviços deverão ser prestados de forma ininterrupta, com disponibilidade anual mínima em 99% (noventa e nove por cento) do tempo contratado.

3.1.6 A CONTRATADA deverá disponibilizar ao CONTRATANTE a função identificação de chamadas como parte integrante do pacote de serviços contratados para os entroncamentos;

3.1.7 Deverá ser apresentado relatório com o detalhamento das chamadas por ramal ou linha, sempre que solicitado. Os relatórios deverão conter detalhamento de todas as ligações, fixo-fixo e fixo-móvel, efetuadas pelos ramais, indicando o destino das ligações, data, horário e a duração das mesmas, bem como a soma dos totais em minutos e segundos

3.1.8. A CONTRATADA deverá disponibilizar ferramenta on line (conta on line) para consulta ao detalhamento das faturas e dos serviços, com acesso aos gestores e/ou administradores da CONTRATANTE, bem como a permissão de download dos arquivos

3.1.9. Os serviços contratados deverão ser ativados no prazo máximo de 30 (trinta) corridos a contar da emissão da assinatura do contrato, dentro do qual a CONTRATADA deverá realizar todas as configurações necessárias, tanto em sua rede quanto nas redes das Operadoras de Telefonia Pública, incluindo a publicação da faixa de numeração e o serviço de interceptação de chamadas

## **4. Requisitos da contratação**

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. De acordo com o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU/CGU- 2019, o desenvolvimento sustentável está associado a uma conjugação de, no mínimo, três esforços primordiais: Bem-estar social: relaciona-se com a efetivação de direitos sociais, como saúde, educação e segurança, entre outros, assim como a garantia dos direitos assegurados aos trabalhadores, tais como proibição do trabalho do menor, fixação de salário mínimo, medidas relacionadas à fixação da jornada de trabalho e medidas de proteção à segurança e saúde no ambiente de trabalho, a título de mera exemplificação. Desenvolvimento econômico: diz respeito à implementação de medidas estatais que contribuam para a efetivação de garantias dignas de vida e desenvolvimento das potencialidades humanas. Preservação do meio ambiente: constitui importante elo da corrente do desenvolvimento sustentável e impõe que tanto o bem-estar social quanto o desenvolvimento econômico sejam alcançados sem prejuízo do meio ambiente ecologicamente equilibrado, que deve ser mantido e preservado pela geração atual em benefício próprio e das futuras gerações.

4.1.1.1. Dito isto, para a execução dos serviços, em aspectos gerais atinentes à sustentabilidade ambiental, o prestador de serviços deverá adotar as normas federais, obedecer aos critérios contidos na Instrução Normativa SLTI/MPOG no 01, de 19 de janeiro de 2010 e Decreto no 7.746 de 5 de junho de 2012 e alterações posteriores.

4.1.2. Adotar boas práticas de otimização da utilização dos recursos e de redução de desperdícios, tais como treinamento /capacitação periódico dos empregados sobre boas práticas voltadas ao consumo consciente, redução de desperdício dos recursos naturais e coleta seletiva;

4.1.3. O prestador de serviços deverá adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados;

4.1.4. Não manter relação de emprego/trabalho, de forma direta ou indireta, com menores de 18 (dezoito) anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos;

4.1.5. Seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia

#### **Indicação de marcas ou modelos**

4.2. Para garantir uma concorrência mais ampla, não haverá indicação de marca e modelo para esta contratação, permitindo que diferentes fornecedores possam participar do certame, desde que atendam aos requisitos técnicos estabelecidos. Isso contribui para a obtenção de propostas mais vantajosas para a administração pública e promove a igualdade de oportunidades entre os concorrentes.

**Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço**

4.3. Não há vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço.

**Da exigência de carta de solidariedade**

4.4. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

**Subcontratação**

4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.5.1 A subcontratação apenas se mostra cabível quando o objeto a ser licitado comporta execução complexa, de modo que alguma fase/ etapa/ aspecto requeira a participação de terceiros em razão dos princípios da especialização e da concentração das atividades, o que não é o caso. Por essa razão, resta vedada a subcontratação, ainda que parcial

**Garantia da contratação**

1.

4.6. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.7. Em caso de opção pelo seguro-garantia, o particular deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.8. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.9. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

**Vistoria**

4.10. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 17:00 horas.

4.11. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.12. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.12.1. O agendamento deverá ser efetuado pelo telefone (61) 2023-7341 ou pelo email [disg@cultura.gov.br](mailto:disg@cultura.gov.br), podendo a declaração de vistoria ser assinada pelo servidor responsável, conforme modelo **Anexo II.**

4.13. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.14. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **5. Modelo de execução do objeto**

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 30 dias da assinatura do contrato

5.1.2. O tronco SIP fornecido deverá estar ativo ininterruptamente, sendo que o(s) número(s) deverão realizar e receber chamadas de/para todo país, sem restrições para locais e ligações de longa distância. No caso de ligações longa distância internacional (LDI) observar-se-ão os limites contratados.

#### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

- A instalação do entroncamento digital se dará na sede do Ministério da Cultura localizada na Esplanada dos Ministérios - Bloco B - Brasília/DF.

- Eventualmente, pode haver necessidade de prestação de serviços nas demais localidades em Brasília:

- Biblioteca Demonstrativa Maria da Conceição Moreira Salles-BDB - EQS 506/507, S/N - Asa Sul, Brasília - DF
- Shopping Venâncio - Setor Comercial Sul Q. 6 Quadra 8 - Asa Sul, - 9º andar.

- Não há previsão de realização de trabalhos in loco nos Escritórios Regionais do MinC nos estados, pois conforme topologia da rede da Contratante apresentada nos Estudos Técnicos Preliminares, o entroncamento digital será instalado na Sede da Contratante a telefonia passaria a ser distribuída pelas conexões segura estabelecidas entre a sede e as unidades/sites remotos.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: de segunda a sexta-feira, das 09:00 às 17:00

#### **Rotinas a serem cumpridas**

5.4. Não existem rotinas adicionais a serem cumpridas, a não ser aquelas elencadas nos Estudos Técnicos Preliminares e neste Termo de Referência.

#### **Materiais a serem disponibilizados**

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.5.1. A CONTRATADA deverá fornecer, instalar e conectar os entroncamentos SIP junto à Central Telefônica da CONTRATANTE e os materiais necessários ao funcionamento da solução nas quantidades e qualidades, conforme TR

### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. As significativas alterações estruturais da Pasta, com redução de sua estrutura e posteriormente ampliação, inclusive com a criação dos escritórios regionais, o que dificulta a escoreta estimativa a ser contratada;

5.6.2. A criação de políticas culturais relevantes com a Lei Rouanet e Lei Aldir Blanc

5.6.3. A necessidade de modernização dos serviços de telefonia, considerando o atual parque tecnológico da CONTRATANTE e as demais formas de comunicação

### **Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

1.

5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto

## **6. Modelo de gestão do contrato**

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de

fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do contrato.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

### **Fiscalização**

1.

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

### **Fiscalização Administrativa**

1.

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de



apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

#### Gestor do Contrato

1.

6.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. Critérios de medição e pagamento

### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme disposto neste item.

<b>1</b>	<b>DISPONIBILIDADE DOS SERVIÇOS</b>	<b>PAGAMENTO</b>	<b>APURAÇÃO NO PERÍODO REF. À FATURA</b>
1.1	Disponibilidade dos serviços 24h, 7 dias por semana no período em referência	100%	
1.2	Indisponibilidade dos serviços por até 1 (dois) dias no período	90%	
1.3	Indisponibilidade dos serviços por mais de 1 (dois) dias no período	60%	
<b>2</b>	<b>APRESENTAÇÃO DE FATURA COM DISCRIMINAÇÃO DE CHAMADAS</b>	<b>PAGAMENTO</b>	<b>APURAÇÃO NO PERÍODO REF. À FATURA</b>
2.1	Apresentação mensal da fatura com discriminação de valores e impostos	100%	
2.2	Apresentação mensal de fatura sem discriminação de valores e impostos	90%	
2.3	Apresentação mensal de fatura sem discriminação de valores e impostos DE FORMA REITERADA	70%	
<b>3</b>	<b>QUALIDADE DAS CHAMADAS</b>	<b>PAGAMENTO</b>	<b>APURAÇÃO NO PERÍODO REF. À FATURA</b>
3.1	Inexistência de falhas de qualidade das chamadas.	100%	
3.2	Ocorrência de falhas na qualidade das ligações.	90%	
<b>4</b>	<b>ATENDIMENTO À FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, QUANDO FOR O CASO</b>	<b>PAGAMENTO</b>	<b>APURAÇÃO NO PERÍODO REF. À FATURA</b>
4.1	Apresentação de relatório mensal com detalhes das chamadas (número de origem, número de destino, duração, data e hora da chamada, e outros), quando gestor do contrato.	100%	
4.2	Não apresentação de relatório solicitada pelo gestor do contrato.	80%	
4.3	Atendimento ao chamado técnico para verificação/conserto em, no máximo 5 (cinco) dias	100%	
4.4	Não atendimento a chamado técnico no prazo de 5 (cinco) dias	80%	

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas

7.3.2. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

7.3.3. Em hipótese alguma, será admitido que a própria contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada

7.3.4. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador

7.3.5. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

7.3.6. O fiscal técnico poderá realizar avaliação mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

7.3.7. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI /MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação. 7.3.8. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais.

## **Do recebimento**

1.

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.17.1. o prazo de validade;

7.17.2. a data da emissão;

7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.17.5. o valor a pagar; e

7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.27. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Antecipação de pagamento**

1.

7.31. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

## **Cessão de crédito**

1.

7.40. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.40.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.41. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.42. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.43. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.44. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## **8. Forma e critérios de seleção e regime**

### **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

1.

8.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133 /2021 que culminará com a seleção da proposta de menor preço global.

#### **Regime de execução**

1.

8.4. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

#### **Exigências de habilitação**

1.

8.5. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

1.

8.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.7. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.8. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.9. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.10. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.11. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.12. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.13. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.14. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.15. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

## Habilitação jurídica

1.



8.16. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.17. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.18. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.19. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.20. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.21. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.22. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.23. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.24. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

1.

8.26. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.27. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.28. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.29. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.30. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.31. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.32. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.33. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.34. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

1.

8.35. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.36. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.37. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.37.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.37.2. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.37.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.37.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.38. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de 10% do valor total estimado da contratação.

8.39. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.40. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pela empresa.

### Qualificação Técnica

1.

8.41. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

8.42. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.43.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

## 9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 37.703,66

### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 37.703,66 (trinta e sete mil setecentos e três reais e sessenta e seis centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

Item	Especificação	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade		Valor Unitário	Valor mensal	Valor anual
				Mensal	Anual			
1	Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC (fixo-fixo e fixo-móvel), na modalidade local e longa distância nacional por 3 (três) assinaturas mensais de entroncamento digital SIP com 90 canais (30 canais cada) e ligações ilimitadas modalidade local e longa distância nacional, fixo-fixo e fixo-móvel para o Ministério da Cultura pelo período de 12 (doze) meses.	27731 - Assinatura de entroncamento digital bidirecional e1	Assinatura/Mês	3	36	R\$ 994,15	R\$ 2.982,46	R\$ 35.789,52
2	Taxa de instalação/ativação do entroncamento digital SIP	26085 - Taxa de instalação/habilitação de serviço de telefonia stfc	UN/taxa única	1	1	R\$ 255,26	R\$ 255,26	R\$ 255,26
3	Chamadas Internacionais (LDI-STFC-FF) - Origem Fixo.	26158 - Chamadas Internacionais (LDI-STFC-FF) - Origem Fixo	Minutos/ano	50	600	R\$ 1,74	R\$ 87,00	R\$ 1.044,00
4	Chamadas internacionais (ldi-stfc-ffm) - origem fixo	27839 - Chamadas internacionais (ldi-stfc-ffm) - origem fixo	Minutos/ano	42	504	R\$ 1,22	R\$ 51,24	R\$ 614,88
<b>TOTAL</b>						<b>R\$ 1.252,37</b>	<b>R\$ 3.375,96</b>	<b>R\$ 37.703,66</b>

9.4. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

### ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

. 1.

9.6. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

9.6.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: [...];

II) Fonte de Recursos: [...];

III) Programa de Trabalho: [...];

IV) Elemento de Despesa: [...];

V) Plano Interno: [...];

9.7. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Brasília, na data de assinatura.

---

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

## 10. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**RODRIGO DE OLIVEIRA CARVALHO TORRES**

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 16/08/2024 às 16:27:52.

**LIZIANE RAQUEL MOREIRA**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 16/08/2024 às 15:47:11.*

**CELIA REGINA LOPO DE ALENCAR**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 16/08/2024 às 15:34:24.*

**CARLOS LUIZ BARROSO JUNIOR**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 16/08/2024 às 15:12:25.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - MINC\_\_\_SOW\_\_\_Aura\_10\_2B\_BSM\_V1.2\_assinado\_1\_11\_\_2\_.pdf (670.05 KB)
- Anexo II - MODELO DE DECLARACAO DE VISTORIA TERMO DE DECLARACAO.pdf (31.16 KB)

**Anexo I - MINC\_\_\_\_SOW\_\_\_\_Aura\_10\_2B\_BSM\_V1.  
2\_assinado\_1\_11\_2\_.pdf**

# STATEMENT OF WORK

## SIT 3376

Instalação da solução Avaya Aura  
na versão 10

MINISTÉRIO DA  
CULTURA



**Cliente:** Ministério da Cultura  
**Diretor de Serviços:** Josue Mendes  
**Gerente de projeto:** Fabiano Lara  
**Arquitetura de projeto:** Daniel Ferreira



1. Um pouco sobre a Telesul .....	3
Missão.....	3
Visão .....	3
Responsabilidade Social.....	3
2. Objetivo do Documento .....	3
3. Escopo PMO – Telesul .....	4
4. Objetivos do Projeto .....	4
5. Escopo do Projeto .....	4
6. Premissas do Projeto.....	5
7. Itens não contemplados no Projeto .....	9
8. Escopo de Trabalho.....	9
9. Topologia .....	10
10. Controle de versões.....	10
11. Termo de Aceitação .....	11

## 1. Um pouco sobre a Telesul

Fundada em 1987, a Telesul Sistemas é uma integradora de tecnologia voltada para o fornecimento de soluções de informação, comunicação e conhecedora das necessidades específicas de cada negócio. Atua como provedora das mais modernas ferramentas voltadas para o alinhamento das corporações com as referências globais de competitividade e produtividade, através do uso adequado das tecnologias disponíveis e do know-how de como extrair o máximo desempenho, potencial e retorno dos esforços investidos.

Especializada nas áreas de Segurança em ambientes de redes, Contact centers, Telefonia IP, Voip e TI, além de larga experiência na integração de ambientes de Voz sobre redes, a Telesul Sistemas possui presença em diferentes segmentos de mercado, atuando desde a análise e implantação até o gerenciamento das soluções que oferece.

### *Missão*

Garantir a melhor solução tecnológica e a excelência na prestação de serviços, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida de nossos clientes, colaboradores e investidores.

#### **Valores:**

- Foco no cliente;
- Inovação tecnológica;
- Competitividade;
- Comprometimento;
- Excelência profissional e pessoal;
- Parcerias de sucesso;
- Trabalho em equipe;
- Ética Profissional

### *Visão*

Promover o fácil acesso dos nossos clientes, independente do seu porte ou estrutura, as mais avançadas tecnologias da informação e comunicação adequadas às suas necessidades específicas.

### *Responsabilidade Social*

A Telesul tem orgulho de expor que é também um agente ativo de um Brasil que tem um compromisso maior:  
**AS NOSSAS CAUSAS SOCIAIS.**

## 2. Objetivo do Documento

O objetivo deste documento é descrever e detalhar as atividades a serem realizadas neste projeto, com o intuito de assegurar o êxito na instalação da solução Avaya Aura na versão 10 no ambiente do Ministério da Cultura, com a solução CORE sendo instalada no prédio do **BLOCO B**, e duas sobrevivências sendo instaladas nos prédios anexos **Shopping Venancio** e **Biblioteca Demonstrativa de Brasília**

### 3. Escopo PMO – Telesul

O Gerente de Projetos Telesul será responsável pelas tarefas de Gerenciamento do Projeto e irá coordenar os recursos da Telesul necessários para atingir os requerimentos do projeto. Gerenciamento de Projetos é uma oferta da Telesul que inclui a coordenação da execução de serviços e entrega de equipamentos e softwares adquiridos pelo cliente. Durante a Habilitação, o Gerente de Projeto atuará junto ao cliente como ponto único de contato (SPOC) para gerenciamento dos recursos internos da Telesul, bem como de recursos de terceiros e de fornecedores envolvidos na solução considerada, mantendo o cliente informado sobre o andamento do projeto. Dessa forma, o Gerente de Projetos coordena a Habilitação para que se mantenha com qualidade, dentro dos prazos previamente acordados, e de acordo com o orçamento planejado.

### 4. Objetivos do Projeto

Este projeto tem como objetivo atender a necessidade de implantação de solução de telefonia no ambiente do Ministério da Cultura, para isso realizaremos a instalação da solução Avaya Aura 10, com o CORE sendo instalado fisicamente no **Bloco B**.

Este projeto contempla também a instalação de solução de sobrevivência local nos prédios anexos **Biblioteca Demonstrativa de Brasília e Shopping Venancio**.

### 5. Escopo do Projeto

A solução será instalada em máquinas virtuais em dois servidores Avaya, esses servidores também irão receber a instalação do SBCE. O Ministério da Cultura já possui 3 gateways Avaya G450 com 1 E1 cada que serão utilizados como entroncamento com a rede pública nos sites do Ministério. O core da solução ficará no prédio do Bloco B e os demais no Shopping Venâncio e na Biblioteca Demonstrativa de Brasília - BDB. Estamos fornecendo dois servidores S8300E que serão instalados como sobrevivência local no Shopping Venancio e na Biblioteca Demonstrativa de Brasília - BDB. O SBC será utilizado somente para acesso de ramais remotos através de softphone e mobile.

A TELESUL irá fornecer dois (02) servidores físicos **ASP 130 R5 VMW7 DELL R640 SERVER P3 BUNDLE** que servirão como CORE da solução, a serem **instalados fisicamente no Bloco B**;

A TELESUL irá configurar os servidores físicos que serão hospedeiros das máquinas virtuais que compreendem a solução;

A TELESUL irá instalar e configurar a Central Telefônica (Avaya Communication Manager);

A TELESUL irá instalar e configurar a aplicação de gerenciamento dos sistemas Avaya (Avaya System Manager);

A TELESUL irá instalar e configurar a aplicação que gerencia as sessões SIP (Avaya Session Manager);

A TELESUL irá instalar e configurar a aplicação responsável pelo registro dos ramais remotos (Avaya Session Border Controller for Enterprise);

A TELESUL irá instalar e configurar a aplicação para acesso remoto para suporte da fabricante (Avaya Diagnostic Server);

A TELESUL irá instalar e configurar a aplicação que armazena os arquivos de Firmware dos telefones (Avaya Aura Device Services e Avaya Utility Services);

A TELESUL irá fornecer, instalar e configurar dois (02) servidores S8300E que servirão como base de

instalação das sobrevivências locais nos Blocos U e Venancio;

A TELESUL irá fornecer **937** unidades de Telefone **Avaya J139**;

A TELESUL irá fornecer **264** unidades de telefone **Avaya J159**;

A TELESUL irá fornecer **63** unidades de telefone **K155**;

A TELESUL irá fornecer e instalar os aparelhos telefônicos a serem utilizados no ambiente;

A TELESUL realizará a migração dos troncos E1 que estão atualmente em produção para os Gateways G450 a serem fornecidos pelo Ministério;

A TELESUL irá fornecer e instalar as seguintes licenças na versão 10 para viabilizar o funcionamento da solução:

Quantidade	Licença
355	AURA R10 ENHANCED IPT NEW SOFTWARE LIC: NU;CU;SR
696	AURA R10 CORE SUITE NEW SOFTWARE LIC: NU;CU;SR
2	SM R10 SYSTEM LIC
2	SM BRANCH (BSM) R10 SYSTEM LIC
300	AAMS R10 DSP CHANNEL LICENSE
326	ASBCE R10 STANDARD SERVICES SESSION LIC:CU
326	ASBCE R10 ADVANCED SERVICES SESSION LIC:CU
326	ASBCE R10 STANDARD SERVICES SESSION HIGH AVAIL LIC:CU
326	ASBCE R10 ADVANCED SERVICES SESSION HIGH AVAIL LIC:CU
2	ASBCE R10 VE VAPP ENABLEMENT

## 6. Premissas do Projeto

Para o sucesso do projeto o cliente deve atender as seguintes premissas:

### 1. Coleta de Informações

- O CLIENTE deverá disponibilizar previamente as informações referentes as configurações utilizadas pelo seu ambiente de telefonia, tais como:
  - Configuração dos ramais/usuários;
  - Quais usuários usarão quais tipos de aparelhos (J139, J159 ou K155);
  - Quais usuários usarão quais tipos de licenças (CORE ou Enhanced);
  - Quais usuários usarão quais tipos de permissionamentos (Restrito, Ligação Local, DDD, DDI);
  - Filas de Atendimento;
  - Tabelas de horário de funcionamento;
  - Tratativa em caso de fora de horário;
  - Configuração dos troncos E1 em produção atualmente;
  - Facilidades utilizadas pelos ramais;
  - Quaisquer outras particularidades pertinentes;

### 2. Infraestrutura Física

- O CLIENTE deverá disponibilizar CPD ou Data Center para instalação dos equipamentos, o qual deve atender aos seguintes pré-requisitos:

- i) A altura mínima do CPD deverá ser de 2,6 metros do piso acabado a qualquer obstrução, como luminárias, leitos de cabos suspensos, dutos de ar condicionados, câmeras, etc, conforme norma TIA 942.
- ii) A iluminação mínima do CPD deverá ser de 500 LUX durante atividades presenciais de configuração, conforme norma CIE8995-1;
- iii) O piso do CPD deverá ser de material anti-estático;
- iv) A temperatura média do CPD deve ser de 18°C;
- v) Espaço físico em rack, prevendo 2U para cada servidor;
- vi) 02 tomadas para alimentação elétrica para cada servidor em circuitos elétricos distintos e exclusivo;
- vii) Fornecer aterramento em ponto único, para equalização de potencial;
- b) O CLIENTE deverá disponibilizar o acesso ao CPD bem como o acompanhamento por parte de recurso do Ministério para os analistas da Telesul que irão realizar as instalações físicas dos equipamentos;
- c) O CLIENTE deverá disponibilizar o servidor ou disco para armazenamento dos backups da solução;

### 3. Infraestrutura Computacional

- a) O CLIENTE deverá disponibilizar as especificações necessárias para configuração das soluções:
  - i) IP público roteado para a interface de comunicação externa do ASBCE que será responsável pelo registro dos usuários remotos;
  - ii) IP local a ser utilizado pela interface de comunicação externa do ASBCE que será responsável pelo registro dos usuários remotos;
  - iii) DNS público que resolva o nome do ASBCE;
  - iv) Certificado Público Válido com o FQDN do ASBCE publicado, para comunicação externa em TLS, contendo os seguintes Pré Requisitos:

#### Certificate Requirements

1. **Algorithm:** SHA256 or SHA384
  2. **Key Size:** 2048 or 4096 bits
  3. **Key Usage Extensions:** Key Encipherment, Non-Repudiation, Digital Signature
  4. **Extended Key Usage:** Client Authentication, Server Authentication
  5. **Common Name:** public IP or FQDN of firewall
  6. **Subject Alt Name:** public IP or FQDN of firewall
  7. **PEM format**
- b) O CLIENTE deve assegurar que o endereço de IP solicitado acima para a interface externa esteja na mesma LAN podendo se comunicar com a interface interna de comunicação do ASBCE;
  - c) O CLIENTE deve efetuar a validação física dos cabamentos, temperaturas e ar condicionados do CPD ou Data Center em que os equipamentos ficarão alocados;
  - d) O CLIENTE deve disponibilizar as especificações de rede necessárias para configuração do Host e das soluções (IP, MK, GW, VLAN, FQDN, NTP, DNS);
  - e) O CLIENTE deve disponibilizar os seguintes endereços de IP em cada um dos sites que serão alvos da implantação, conforme segue abaixo:

#### **Bloco B:**

- 02 IPs para utilização dos Hosts aonde serão hospedadas as maquinas virtuais;
- 02 IPs para as ILOs, para monitoramento da saúde dos servidores;
- 01 IP para o EMS, gerenciador do HA da solução ASBCE;
- 02 IPs para a gerencia do ASBCE, sendo um para cada servidor da solução HA (Interface M1);
- 02 IPs em VLAN apartada para o Heartbeat dos ASBCEs do HA entre os ASBCEs, sendo um para cada servidor da solução HA; (Interface M2)
- 01 IP publico que resolverá na interface de comunicação externa do ASBCE (Interface B1);
- 01 IP para a comunicação externa (publica) do ASBCE que deve NATEAR para o IP Publico solicitado acima; (Interface B1)
- 01 IP para a comunicação interna do ASBCE; (Interface A1)
- 03 IPs para os Communication Manager, sendo 01 para cada CM (Primário e Secundário) e 01 para uso de cluster (ALIAS/VIP);
- 01 IP para o System Manager, gerenciador dos sistemas Avaya;
- 04 IPs para o Session Manager, gerenciador das sessões SIP, sendo 02 para o Principal e 02 para o Secundário;
- 01 IP para o Diagnostic Server, para permitir acesso remoto da fabricante;
- 02 IPs, 01 para o Avaya Aura Device Services e 01 para o Utility Server, que serão utilizados como File Server para os arquivos de Firmware e para provisionamento dos aparelhos;
- 01 IP para o Media Gateway (G450);

#### **Biblioteca Demonstrativa de Brasilia:**

- 05 Ips para utilização dos servidores S8300E, sendo segregados da seguinte forma:
  - 01 para o AVP (Virtualizador)
  - 01 para o Communication Manager (DAC)
  - 02 para o Branch Session Manager (SIP)
  - 01 para o Media Gateway (G450);

#### **Shopping Venancio:**

- 05 Ips para utilização dos servidores S8300E, sendo segregados da seguinte forma:
  - 01 para o AVP (Virtualizador)
  - 01 para o Communication Manager (DAC)
  - 02 para o Branch Session Manager (SIP)
  - 01 para o Media Gateway (G450);

#### **4. Rede LAN**

- a) O CLIENTE deverá disponibilizar as configurações pertinentes em sua rede LAN, tais como:

- i) Os equipamentos devem ser conectados em Switches;
- ii) Os aparelhos telefônicos devem ser conectados em Switches PoE para energização;
- iii) Configuração de escopo DHCP para permitir o provisionamento dos endereços IP dos ramais de forma automática;
- iv) Segregação da VLAN de voz apartada das demais VLANs do Ministério;
- v) Suporte a 802.1Q e 802.1p;
- vi) Tratamento de fila: WFQ, ou Priority Queueing;
- vii) A rede LAN deverá suportar Qualidade de Serviço (QoS) com pelo menos 4 filas de prioridade WFQ e suportar RSVP e/ou DiffServ;
- viii) Disponibilizar os parâmetros de rede a serem utilizados nas soluções, conforme especificados acima no item 6.3.e;
- ix) Criação das regras de tráfego no Firewall;

## 5. Acesso Remoto

- a) O CLIENTE deverá providenciar acesso remoto para viabilizar a configuração das soluções, e atendimento de Suporte, podendo optar entre uma das seguintes formas.
  - i) Configuração de VPN Site-to-Site;
  - ii) Disponibilizar máquina com software de acesso remoto (Team Viewer);

## 6. Parte elétrica

- a) O CLIENTE deverá providenciar, em tempo hábil, rede elétrica separada e exclusiva para os equipamentos, 110 V (fase, neutro e terra) ou 220 V (fase, fase, terra ou fase neutro e terra) dependendo da tensão do equipamento. O aterramento deverá ser em ponto único, para equalização de potencial (rede de AC, Micros, protetores da rede interna / externa, equipamentos de dado etc.), conforme norma vigente (NBR 5410 \ (NB-3) - 1997).
- b) O CLIENTE deverá providenciar sistema de No-Break ou Gerador de Energia Elétrica para mitigar os riscos de sobrecarga elétrica nos servidores, ou interrupção do funcionamento da solução de VOZ devido instabilidade na rede elétrica.

## 7. Backups

### a) Responsabilidades:

Será de responsabilidade da Telesul a realização de backup das soluções Avaya no ambiente do Ministério da Cultura;

Será de responsabilidade do Ministério da Cultura o armazenamento dos backups realizados, em servidor próprio;

### b) Periodicidade e Retenção:

Os backups serão realizados mensalmente, ou sempre que houver alguma alteração de grande porte no ambiente, e terão uma retenção de 03 meses;

### c) Armazenamento:

O Armazenamento dos backups das soluções será de responsabilidade do Ministério da Cultura;



## 7. Itens não contemplados no Projeto

- a) Fornecimento de Rack;
- b) Fornecimento de Sistema de Energia;
- c) Fornecimento de Switch ou Roteadores;
- d) Configurações na LAN do Ministério da Cultura por parte da Telesul;
- e) Instalação de equipamentos em unidades do Ministério não descritas neste Statement of Work;
- f) Descomissionamento de equipamentos legado;
- g) Instalação de soluções não listadas neste Statement of Work;
- h) Configurações não listadas neste Statement of Work;
- i) Fornecimento de equipamentos que não estejam listados neste Statement of Work;
- j) Fornecimento de licenças que não estejam listados neste Statement of Work;
- k) Qualquer item não listado anteriormente neste Statement of Work;

## 8. Escopo de Trabalho

### 1. Ministério da Cultura

- a) Meeting para disponibilizar a coleta da base de dados (Data Gathering);
- b) Disponibilizar os Gateways Avaya G450 a serem utilizados no projeto;
- c) Disponibilizar 01 placa DS1 para cada Media Gateway (G450) – **BLOCO B, BDB e Shopping Venancio**;
- d) Disponibilizar os troncos E1 a serem utilizados no projeto;
- e) Disponibilizar espaço físico em rack para serem instalados os servidores (3U por servidor);
- f) Disponibilizar 02 tomadas em circuitos elétricos independentes por servidor;
- g) Prover as regras de Firewall para comunicação do ASBCE com a Internet (Remote-Worker);
- h) Disponibilização dos parâmetros de rede a serem utilizados nas aplicações descritas neste SOW;
- i) Configuração do DNS de todas as aplicações para a rede interna;
- j) Configuração de NAT resolvendo o IP público para o IP local da interface externa do ASBCE (B1) que se comunicará com a Internet (Remote-Worker);
- k) Configuração para propagação de DNS, resolvendo o nome do ASBCE para os usuários remotos que estarão fora da rede do Ministério;
- l) Geração de Certificado Público válido com o FQDN do ASBCE publicado, para comunicação externa em TLS, o certificado não pode ser em Wildcard, e precisa ser gerado com chave SHA-256;
- m) Efetuar a validação física dos cabamentos, temperaturas e ar condicionados do Host e Data Center em que o mesmo ficará alocado;

### 2. Telesul

- a) Agendar o meeting para a coleta da base de dados (Data Gathering);
- b) Disponibilizar as licenças na versão Aura 10;
- c) Instalação das licenças;
- d) Realizar o Staging dos servidores;
- e) Realizar o Staging das aplicações;
- f) Envio dos equipamentos ao site do cliente;
- g) Instalação física dos equipamentos nos racks fornecidos pelo cliente;



## 11. Termo de Aceitação

Declaramos ciência de todos os pontos da presente documentação, bem como dos termos da proposta comercial, e confirmamos os mesmos como válidos.

Portanto, as partes decidirem, como mandatários das suas empresas, que o escopo de serviço em questão descreve/ integralmente o projeto em questão.

Telesul		Ministério da Cultura
Nome: Fabiano Lara		Nome:
Posição: Gerente de Projetos		Posição:
Data:		Data:
Assinatura:		Assinatura:

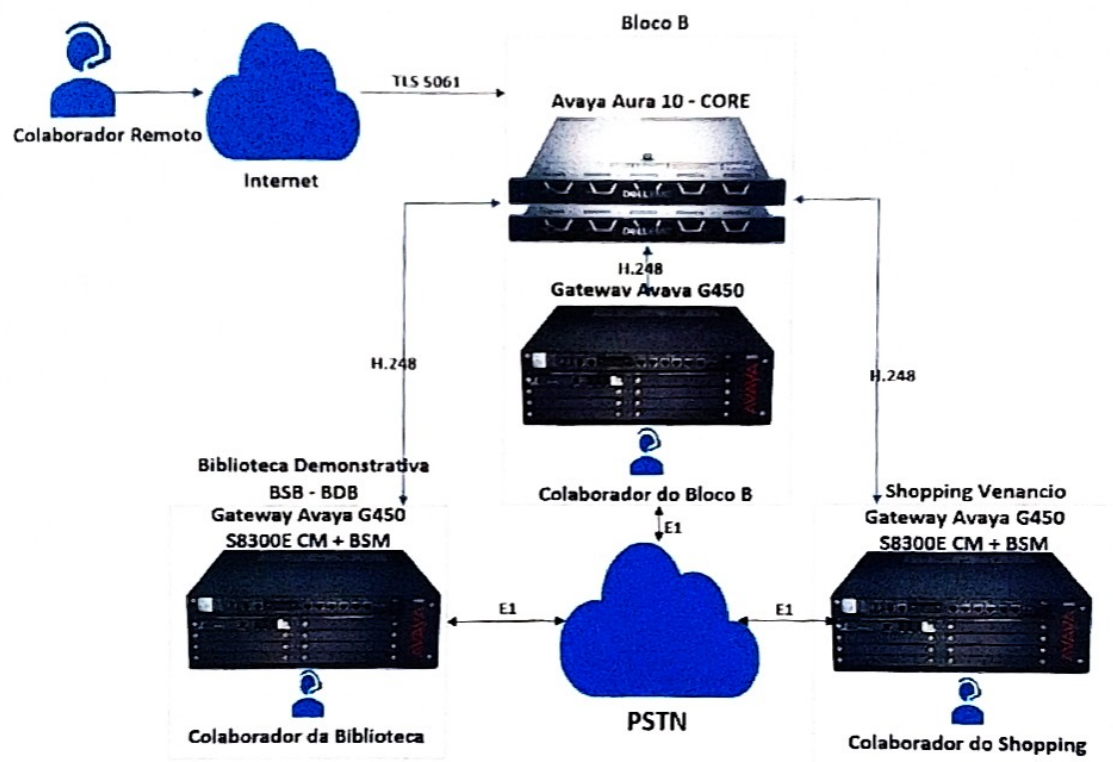


Documento assinado digitalmente  
**CELIA REGINA LOPO DE ALENCAR**  
Data: 02/02/2024 09:00:29-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

- h) Conexão dos cabamentos necessários para o funcionamento das aplicações;
- i) Migração dos troncos E1 atualmente em produção para os Gateways Avaya G450;
- j) Homologação das soluções instaladas e configuradas;
- k) Conceder Treinamento Administrativo e Técnico;
- l) Agendar e executar a Virada Operacional;
- m) Acompanhamento no Day-After da virada;

## 9. Topologia

Abaixo a topologia prevista para o ambiente de telefonia Avaya dentro do Ministério da Cultura:



## 10. Controle de versões

Versão	Autor	Data	Alterações
1.0	Daniel Ferreira	05/01/2024	Criação do Documento
1.1	Daniel Ferreira	08/01/2024	Adição da Topologia
1.2	Daniel Ferreira	17/01/2024	Ajustes na documentação pós Kick Off Externo

Endereço: Av. Queiroz filho, 1560 - 3º andar - Torre gaiivota – Cond. Vista Verde Offices  
Cep: 05319-000, São Paulo, SP  
Telefone: (11) 2106-5000

*[Assinatura]*

**Anexo II - MODELO DE DECLARACAO DE VISTORIA  
TERMO DE DECLARACAO.pdf**

## ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA TERMO DE DECLARAÇÃO

Declaramos, em atendimento ao previsto no Termo de Referência, do Processo nº 01400.009451/2024-48 que, por intermédio do (a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF(MF) nº \_\_\_\_\_, devidamente credenciado(a) por nossa empresa \_\_\_\_\_ que foram vistoriados os locais que serão objeto dos serviços. O responsável pela vistoria consente que seu nome e o número de seu documento de identificação constem dos autos do processo de contratação e tem ciência de que esse processo é público.

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone: ( ) \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024

\_\_\_\_\_  
(assinatura, nome legível e CPF do representante legal da empresa) (Representante Credenciado)

Visto: Nome e Matrícula do Servidor do MINC